

# Câmara suspende ação contra Ramagem no Supremo

Decisão pode sustar todo o processo por tentativa de golpe

Por Rudolfo Lago

Com 315 votos favoráveis, 143 contrários e quatro abstenções, a Câmara dos Deputados aprovou a suspensão da Ação Penal contra o deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ), que está em julgamento pela 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF). Com a aprovação, um projeto de resolução nesse sentido será enviado ao STF. Da forma como foi aprovado, o texto abre brecha para suspender todo o processo relativo à trama golpista de 2022.

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, denunciou 34 por tentativa de golpe, reparando a denúncia em diversos grupos conforme o grau de participação na trama acusada por ele. Ramagem está incluído no que Gonet chamou de “núcleo crucial”, ou seja, os principais comandantes. É o núcleo que inclui também o ex-presidente Jair Bolsonaro. Como a denúncia é uma só, contra todos, o entendimento da oposição é que a sustação do processo contra Ramagem sustaria todos os demais também.

Antes de ser aprovado no plenário, o relatório do deputado bolsonarista Alfredo Gaspar (União Brasil-AL) foi aprovado com 44 votos a 18 na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. O projeto de resolução proposto pelo parlamentar determina, de forma genérica, sem mencionar Ramagem, que o andamento da ação penal fica sustado.



Lula Marques/Agência Brasil

Ramagem: “Se fazem comigo, podem fazer com vocês”

O texto contraria o entendimento do Supremo, que determina que a avaliação da Câmara deveria ser restrita aos atos que Ramagem cometeu após a sua diplomação como deputado. Uma parte dos crimes que Gonet imputa ao hoje deputado são relativos ao tempo em que ele comandava a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) no governo Bolsonaro.

## Zanin

Antes da decisão da Câmara, o presidente da 1ª Turma, ministro Cristiano Zanin, enviara um ofício ao presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), nesse sentido. Nesse entendimento, Ramagem só poderia se livrar, pela sustação,

dos crimes de dano qualificado ao patrimônio e deterioração do patrimônio tombado, que são aqueles que teriam sido cometidos quando houve a invasão dos prédios dos três poderes no dia 8 de janeiro de 2023.

Os outros três crimes – associação criminosa armada, golpe de Estado e abolição do Estado democrático de direito – seriam relativos à ação de Ramagem na Abin, e, no entendimento de Zanin, não seriam alvo da sustação.

## A todos

Além da oposição, parece ter prevalecido no entendimento da maioria dos deputados um sentimento corporativo. Que começou a ser explorado por Ramagem ainda na discussão na CCJ.

“Não é apenas ativismo judicial exacerbado. Há clara usurpação das nossas competências legislativas”, disse Ramagem. “Estou servindo hoje de joguete casuístico do STF”, continuou. “Se fazem comigo, podem fazer isso com vocês algum dia, inclusive colegas de esquerda”, provocou.

Mais tarde, no plenário, o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), foi na mesma linha. “Hoje, é o Delegado Ramagem. Amanhã, pode ser qualquer um de nós”.

Em minoria, os parlamentares do governo tentaram levar mesmo argumentação jurídica a discussão. A deputada Maria do Rosário (PT-RJ), leu decisão do ex-ministro do STF Marco Aurélio Mello no sentido de que a imunidade do parlamentar “não se estende aos co-réus”.

## Consequências

Muito provavelmente, a questão acabará parando no Supremo, abrindo nova possibilidade de queda de braço entre os poderes. Na avaliação de juristas, uma possibilidade é ocorrer uma primeira contestação da própria Procuradoria-Geral da República (PGR), autora da denúncia. Além disso, qualquer partido político pode apresentar também recurso.

O mais provável é que, nesse momento, o Supremo acabe julgando contra a sustação do processo na sua totalidade. Mas, nesse momento, avalia a oposição, acabará exposto e sofrendo o desgaste de ter que tomar uma decisão.

## CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Presidente quer impedir investigação no Congresso

## Lula aceitará pedidos de Alcolumbre para barrar CPMI

O presidente Lula decidiu que vai aceitar o preço que for cobrado pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), para barrar na maternidade a CPMI do INSS.

Petistas se mobilizam para tratar de jogar no governo de Jair Bolsonaro parte da responsabilidade pelo roubo de parte dos vencimentos de aposentados e de pensionistas, mas, na avaliação do

Planalto, melhor é não ter comissão de inquérito no Congresso.

Para aliados do presidente, CPMIs são instrumentos de quem está na oposição, e devem ser evitadas por qualquer governo.

A disposição de negociar com Alcolumbre mostra também que Lula, depois de tanto desgaste com a base no Congresso, resolveu jogar por cima, com a cúpula.

## Efeito Lupi

Outro ponto que faz o Palácio do Planalto tentar evitar a CPMI é a quase certeza de que o ex-ministro Carlos Lupi, da Previdência, cometeu pecados graves em relação às fraudes. Será inevitável que a comprovação de sua eventual responsabilidade respingue no governo.

## Sem fuga

Líder do PL no Senado, Carlos Portinho diz não acreditar que Alcolumbre opte por não convocar sessão do Congresso para escapar da obrigação de ler o requerimento de criação da CPMI. Para ele, fugir do tema seria pior para o governo. Prevê uma sessão no dia 27.

# Recém-operado, Bolsonaro vai a ato em favor da anistia

Por Karoline Cavalcante

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) participou nesta quarta-feira (7) da “Caminhada Pacífica pela Anistia Humanitária”, em Brasília, organizada por apoiadores e liderada pelo pastor Silas Malafaia.

A manifestação, que teve início na Torre de TV e seguiu até a Avenida José Sarney, antes do Congresso Nacional, pede a anistia para os envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, quando manifestantes invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes.

Embora esteja em recuperação após 23 dias internado na UTI devido a uma cirurgia intestinal, e ter recebido alta no último domingo (4), Bolsonaro insistiu em participar do protesto, contrariando as recomendações de sua equipe médica. Ele foi acompanhado da sua esposa, a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL), em um carro de som, ao lado de seus apoiadores.

“Anistia é um ato político privativo do Parlamento brasileiro. O Parlamento votou, ninguém tem que se meter em nada. Tem que cumprir a vontade do Parlamento, que representa a vontade da maioria do povo brasileiro”, discursou o ex-presidente na ocasião.

## Presença

Segundo o Monitor do Debate Público do Meio Digital, coordenado pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e pela Universidade de São Paulo (USP), o ato reuniu quatro mil pessoas na capital — a margem de erro é de 480 pessoas para mais ou



Joédson Alves/Agência Brasil

Mesmo ainda convalescendo de cirurgia, Bolsonaro esteve no ato, ao lado de Malafaia

para menos. No palanque, o presidente do Partido Liberal, Valdemar Costa Neto, chegou a apontar que haviam cerca de dez mil pessoas no local.

Também marcaram presença o deputado federal e líder da oposição na Câmara, Luciano Zucco (PL-RS), o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), os senadores Flávio Bolsonaro (PL-RJ), Marcos Pontes (PL-SP), Rogério Marinho (PL-RN) e Magno Malta (PL-ES).

## STF

A deputada federal Rosângela Moro (União-SP), defendeu que não deveria ser de responsabilidade do Supremo Tribunal Federal (STF) — principalmente sob a análise de uma só Turma — o julgamento dos envolvidos nos atos, já que os réus não possuem foro privilegiado. Também afirmou que o relator do caso na Corte, ministro Alexandre de Moraes, não poderia atuar

como julgador, por se configurar como uma das possíveis vítimas do plano de golpe, segundo as investigações.

“Além disso, as condutas não foram individualizadas e as penas foram excessivas para os atos do dia 8 de janeiro. Aquilo não foi um golpe — foi uma bagunça movida por paixões políticas”, declarou a parlamentar à reportagem.

## PL da Anistia

O projeto de lei (PL 2858/2022) que trata sobre esse perdão judicial está parado na Câmara dos Deputados desde 28 de outubro de 2024. No mês passado, o líder do PL, deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), protocolou um pedido de urgência ao texto. O documento reuniu a assinatura de 264 deputados — sete a mais do que o mínimo necessário para que seja considerado elegível para a votação.

No entanto, até o momen-

to, o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB) não pautou o PL no plenário. Um dia após o pedido de urgência, ele afirmou que a decisão não cabe somente a ele, mas ao colégio de líderes.

## Alternativa

Conforme antecipado pelo Correio da Manhã, nos bastidores, discute-se a possibilidade de uma proposta alternativa à anistia encabeçada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP).

O objetivo seria oferecer um meio-termo nas penalizações, reduzindo as penas aplicadas aos participantes dos atos, mas excluindo os financiadores e responsáveis pela organização, dessa forma, figuras como Bolsonaro não seriam beneficiadas como no projeto original.

Parlamentares da oposição, porém, se opõem à mudança e defendem a integralidade do PL já apresentado.



José Cruz/Agência Brasil

Presidente do STF, Luís Barroso participa das conversas

## Governo define caminho para discussão de penas

O Planalto e mesmo o PT procuram evitar participar de maneira ativa das conversas em torno de um projeto para diminuir penas de condenados pelo 8 de Janeiro.

A proposta vem sendo discutida pelos presidentes do Senado e da Câmara com o Supremo Tribunal Federal como forma de esvaziar a cam-

panha pela anistia.

Mas o governo já definiu uma estratégia: quer que o projeto seja analisado primeiro pelo Senado, onde a mobilização em torno do tema é bem menor do que na Câmara.

O Planalto considerou como baixa a adesão ao ato por anistia ocorrido em Brasília. Avalia que o assunto tende a esfriar.

## Sem Quaqué

A provável desistência do prefeito de Maricá, Washington Quaqué, de concorrer à presidência do PT foi recebida com alívio pela CNB, corrente majoritária do partido. Ele deverá apoiar João Paulo Rodrigues, liderança do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

## Pizza no STF

O ministro André Mendonça, do STF, anulou decisão do Tribunal Superior do Trabalho que condenara uma pizzaria da Gávea, zona sul do Rio, a pagar débitos trabalhistas a um entregador que, como autônomo, trabalhou exclusivamente para a casa por um ano.

## Diplomacia

Presidente interino da sigla, o senador Humberto Costa (PE) preparava uma ofensiva diplomática para convencer Quaqué a desistir. Para a direção petista, a candidatura ameaçava a unidade da CNV — o indicado de Lula é Edinho Silva, ex-prefeito de Araraquara.

## Justiça comum

Apesar da evidência de que Lenon Moreira da Silveira prestava serviços regulares à pizzaria, Mendonça, em sua decisão, afirmou que esses casos devem ser decididos pela Justiça comum, e não pela trabalhista. O entregador recebia R\$ 55 de diária e R\$ 3 por entrega.